



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE SERVIÇO

**ENTRE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL A
PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES SURDAS NO BRASIL**

RAFAELA BETIM GOMES

São Borja

2024

RAFAELA BETIM GOMES

**ENTRE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL A
PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES SURDAS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Soares Vieira

São Borja

2024

RAFAELA BETIM GOMES

INTERSECCIONALIDADE E MULHERES SURDAS NO BRASIL: entre opressões e resistências

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Serviço
Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 17 de dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Monique Soares Vieira

Orientadora

UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado

UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Keli Krause

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **MONIQUE SOARES VIEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/12/2024, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAQUELINE CARVALHO QUADRADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/12/2024, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **KELI KRAUSE, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/12/2024, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1620334** e o código CRC **BF39CF60**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

GG633ee Gomes, Rafaela Betim

ENTRE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES SURDAS NO BRASIL /

Rafaela Betim Gomes.

29 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, SERVIÇO SOCIAL, 2024.

"Orientação: Monique Soares Vieira".

1. Interseccionalidade. 2. Gênero. 3. Capacitismo. 4. Surdo. 5. Serviço Social. I. Título.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral analisar de que modo as opressões vivenciadas por mulheres surdas se conectam para moldar suas experiências sociais e políticas no Brasil. Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos científicos com caráter qualitativo e exploratório. O desenvolvimento se deu a partir do método dialético-crítico que possibilita aproximar-se do tema de forma intrínseca, utilizando como ferramenta analítica a interseccionalidade. O método de análise se deu a partir da análise de conteúdo, onde foi identificado que mulheres surdas encontram diversas dificuldades em relação à sociedade inacessível, perpassando os âmbitos da saúde, escola, trabalho, relações sociais que se expressam nas políticas públicas.

Palavras-Chave: Interseccionalidade; Gênero; Capacitismo; Surdo; Políticas Públicas; Matriz de Dominação.

ABSTRACT

The general objective of this course conclusion work was to analyze how the oppressions experienced by deaf women connect to shape their social and political experiences in Brazil. Bibliographical research was developed based on scientific articles with a qualitative and exploratory nature. The development took place based on the dialectical-critical method that makes it possible to approach the theme in an intrinsic way, using intersectionality as an analytical tool. The analysis method was based on content analysis, where it was identified that deaf women encounter several difficulties in relation to the inaccessible society, covering the areas of health, school, work, social relationships that are expressed in public policies.

Keywords: Intersectionality; Gender; Ableism; Deaf; Public Policies; Domination Matrix.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo reflete sobre as opressões que moldam a experiência da mulher surda no Brasil, onde buscou-se compreender a relação entre gênero e capacitismo, dessa forma, enfatizando a importância de uma abordagem interseccional. O objetivo geral discorreu sobre “analisar de que modo as opressões vivenciadas por mulheres surdas se conectam para moldar suas experiências sociais e políticas no Brasil, para assim, construir um conhecimento de resistência”, já os objetivos específicos são: analisar como é constituída a socialização de meninas surdas; estudar as imagens de controle e como elas se materializam na vida de mulheres surdas; e identificar quais políticas públicas são voltadas para mulheres surdas, a partir da interseccionalidade.

O termo deficiência está ligado à inacessibilidade que alguns grupos têm na sociedade, que envolvem questões não só referente à infraestrutura, mas também ligadas às relações sociais (Diniz, 2007, s/p). A deficiência está ligada a limitações estruturantes da sociedade e não ao indivíduo, pois as mesmas reforçam os sistemas de opressão, em razão de uma sociedade capitalista e desigual.

A partir do patriarcado é que se sustenta a matriz de dominação sobre as mulheres, mantendo um sistema estrutural hierárquico, pois em razão dessa ideologia que se dá a marginalização e subalternização da mulher. Com isso, é notório em como historicamente mulheres são marcadas por opressões, o que as torna mais suscetíveis a violências. Pedrosa (2019) enfatiza que mulheres surdas têm dois eixos que se cruzam, pela questão de gênero e capacitismo, assim, fazendo com que as opressões sejam potencializadas. Quando as opressões se interseccionam com gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, deficiência, dentre outros marcadores sociais.

A produção sobre as opressões e resistência que as mulheres surdas vivem cotidianamente é fundamental para a categoria profissional do Serviço Social, que tem caráter investigativo e interventivo, tendo como fundamentação da profissão o Projeto Ético-Político, juntamente a seus princípios como a igualdade, liberdade, pluralismo, democracia, dentre outros. O artigo encontra-se organizado em cinco tópicos: inicialmente apresenta a introdução; em segundo lugar, aborda a metodologia; em terceiro, discute a análise dos processos de socialização de meninas surdas; em quarto, trata-se das imagens de controle que se materializam

na vida de mulheres surdas; e, por fim, no quinto tópico discute as políticas públicas sob perspectiva da proteção dos direitos das mulheres surdas no Brasil.

2. METODOLOGIA

A metodologia tem o intuito de descrever os passos e escolhas que o/a pesquisador/a irá adotar, incluindo concepções teóricas e um conjunto de técnicas que possibilitem a construção da pesquisa, para que assim, seja possível fazer a análise da realidade. Minayo (2001) ressalta que a metodologia e a teoria vão contribuir juntas na estrutura da pesquisa, também contendo técnicas, instrumentos, universo, amostra e análise de dados.

A pesquisa teve enfoque qualitativo, visando aproximar-se do tema de forma intrínseca, já que há níveis da realidade que não podem ser quantificados. Minayo (2001) explica que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, assim, não ficando apenas no aparente, mas desvendando um universo de significados, motivos, crenças, valores, aspirações e atitudes.

O tipo de abordagem foi exploratório, Gil (2008) traz que a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar familiaridade com o problema, tendo em vista um amplo conhecimento e tendo um planejamento mais flexível para considerar aspectos variados ao fenômeno estudado. Para atender ao objetivo geral, escolheu-se o método dialético-crítico com suas categorias fundantes, para que fosse possível apreender a realidade em suas contradições, analisando o processo histórico para obter sucessivas aproximações em modo de que ocorra o desvendamento do que está apenas no aparente, assim compreendendo em sua totalidade.

A realidade está em constante movimento, e para compreendê-la é necessário utilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica. Collins (2019), explica que a interseccionalidade, em decorrência das relações de poder, considera categorias como raça, classe, gênero, faixa etária, deficiência, sexualidade, etnia - dentre outras - se cruzam e moldam mutuamente se sobrepostas.

Em razão disso, a mesma pode contribuir com o método dialético crítico e as vertentes marxistas, ao aprofundar-se sobre a compreensão das desigualdades sociais, essa perspectiva possibilita desvendar a realidade e entender como os marcadores sociais podem se cruzar simultaneamente de maneira constante. Nesse sentido, possibilitando a compreensão de como ocorre as relações de exploração,

opressão e alienação. Dessa forma, possibilitando o desvendamento da realidade, por isso, os eixos não devem ser analisados de forma isolada, mas sim de maneira interseccional.

A interseccionalidade é uma práxis social, sendo assim, a mesma tem o intuito de não tratar isoladamente os marcadores sociais, pois eles estão juntos a todo momento se interseccionando e adentrando um ao outro. Biroli e Miguel (2015) ressaltam que há outros marcadores sociais determinantes sendo eles: sexualidade, etnia, geração, algum tipo de deficiência.

Não há como falar de gênero sem adentrar a outros marcadores sociais que vão se sobrepor em relação às opressões vivenciadas e como elas irão se moldar a partir disso. Davis (2016), explica que as relações de poder e desigualdades sociais são fruto de uma sociedade capitalista, que hierarquiza as relações sociais. Davis (2016) contribui:

A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia (Davis, 2016, p.29).

Conforme o pensamento de Davis é possível analisar como o capitalismo busca impor formas de estruturar a sociedade em determinado modelo, que o vá beneficiar de alguma maneira, impondo padrões de normatividade ideológicos. Nesse sentido, os indivíduos que não estão dentro desses padrões de normatividade são marginalizados.

Para a coleta de dados foi utilizado a pesquisa bibliográfica, que possibilita ao/a pesquisador/a aproximações com o tema e com os conteúdos e respostas obtidos, assim, podendo adentrar-se a determinada realidade. Explica Gil (2002, p. 45):

[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Para operacionalizar a pesquisa bibliográfica foi elaborado um instrumento para a coleta de dados contendo perguntas abertas para contribuir com o desenvolvimento

do estudo. Para escolha das produções acadêmicas optou-se pela amostragem não-probabilística do tipo intencional, Gil (2002), afirma que a amostra intencional permite uma pesquisa mais rica no que se diz a respeito sobre termos qualitativos, pois a mesma define critérios que vão contribuir com a mesma.

Entre os critérios de inclusão, foram escolhidos artigos publicados nos últimos 10 anos, com parâmetro linguístico em português (Brasil), nas áreas de conhecimento do Serviço Social, Ciências Sociais, Saúde Pública e Sociologia baseando-se nos descritores de Interseccionalidade; Surdez; Gênero; Matriz de Dominação; Opressões. Foram utilizadas as plataformas SciELO e Google Acadêmico como meio de pesquisar os artigos para a análise.

Para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análise redigidas em três fases: A primeira fase remete a organização do material, assim foi definido a unidade de registro, unidade de contexto, trechos e categorias. Já a segunda fase refere-se ao que foi definido na primeira fase, ou seja, essa fase acaba sendo a mais longa, podendo haver a necessidade de realizar repetidas leituras de um mesmo material. Por último, na terceira fase ocorreu o desvendamento do conteúdo que já está sendo manifestado (Minayo *et al.* 2001, p.75-76).

Quadro 1 - Artigos científicos mapeados

Título do artigo	Autores	Ano
1. Mulheres surdas e a violência de gênero	Lamberg, Doriana; Oliveira, Glacielli.	2017
2. Construção da identidade interseccional: Uma análise crítica do discurso sobre mudanças sociais e discursivas de/para mulheres surdas.	Pedrosa, Cleide.	2019
3. Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa.	Perlin, Gladis; Vilhalva, Shirley.	2016
4. Processos educativos de mulheres	Rocha, Ivanete; Jardim, Silvia.	2023

surdas: reflexões.	Tecendo		
5. Feminismos surdos, deficiências e políticas públicas.		Krause, Keli.	2017
6. Mulheres surdas em situação de violência doméstica: o acesso a delegacias especializadas em São Paulo.		Loeb, Carolina; Farah, Marta.	2023
7. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências.		Britto, Ires; Medeiros, Jonatas; Bento, Nanci; Rodrigues, Nayara.	2021
8. Resistir para existir: uma análise de narrativas de mulheres surdas e negras sobre suas (re)existências”		Ferreira, Charliane; Silva, Samara; Oliveira, Carlos; Stella, Paulo.	2022

Fonte: Sistematização da autora, 2024.

O estudo atende a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, que regulamenta as pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais. Em relação ao Parágrafo Único do Artº 1, inciso VI, estabelece que a pesquisa seja realizada exclusivamente com textos científicos, além disso, a mesma está em conformidade com o Art 3º, que aborda sobre os princípios éticos que se deve ter em relação à pesquisa. De acordo com a parte IV do artigo, a socialização dos resultados será realizada com o intuito de contribuir com a ampliação e consolidação da democracia, indo em um viés que seja acessível para a população que foi pesquisada, sendo ela por meio de publicações no repositório institucional, revistas acadêmicas e eventos da área.

3. Construção da identidade de meninas surdas no contexto brasileiro

A socialização, para além do núcleo familiar, é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma criança, quando esse processo não é presente na vida da mesma, resulta no isolamento e dificuldades em relação a sua autonomia, que na

vida adulta irão impactar de diferentes formas. Medeiro (2002) explica que o termo socialização remete às condições de formação da identidade, sendo componente subjetivo da ação social.

O processo de socialização e educação de meninas surdas no Brasil é repleto de desafios que surgem devido a questões estruturais. Tais desafios se fazem presentes a partir da forma em que se estrutura a sociedade brasileira, onde é posto um modelo de formação social que utiliza como ideologia uma cultura machista, racista, patriarcal e capacitista, dessa maneira criando desafios no desenvolvimento dessas meninas.

Com isso, foi identificado que em diversos casos, no momento do nascimento da menina surda que os pais tendem a ter um caráter superprotetor, que impacta na autonomia dessa menina e dificulta sua socialização ao longo do desenvolvimento.

Pedrosa (2019) pontua:

As circunstâncias foram elencadas a partir do nascimento da menina surda que, na maioria dos casos, fica trancafiada em casa, sem nenhuma ou pouca visibilidade social; outras vezes, esse confinamento envolve superproteção da família. Num caso ou noutro, os prejuízos são enormes (Pedrosa, 2019, p.167).

Com isso, não só o desenvolvimento referente à autonomia¹ e socialização é impactado, mas também a menina surda pode encontrar desafios relacionados à autoconfiança e autoestima. Em um dos artigos analisados, a autora Krause (2017) conduziu entrevistas com intérpretes de libras que já atuaram em diversos contextos:

O pai não queria que ela estudasse, tem surdez profunda não fala. Deve estar com 20 anos. Por achar que ela é surda, ele acha que alguém pode fazer algum mal à filha dele ou que ela não tem condições de se defender. Protegia ela demais. Qualquer pessoa que 'chegar' perto dela, ele não gosta, não deixa. Uma reclamação dessa adolescente é que ela queria liberdade, viver como os amigos dela viviam (Krause, 2017, p.10).

Foram vários atendimentos que eu já realizei. Muitas surdas são analfabetas, a maioria não conhecia seus direitos, muitas não tinham fluência em Libras. O meu maior desafio são; surdas que foram interdadas pela família e querem a desinterdição. Estes casos são longos e a surda passa por vários processos, desde delegacia, justiça e perícias psiquiátricas. Fico a disposição para relatar cada caso (Krause, 2017, p.10).

Diante do exposto é evidenciado que, muitas vezes os pais buscam educar a menina

¹ A autonomia pode ser considerada como uma construção da subjetividade individual, onde a mesma depende das relações interpessoais desenvolvidas no cotidiano. Freire (1997), acredita que para atingir autonomia é preciso ter experiências que estimulem a tomada de decisões, dessa forma, o indivíduo deve ter a possibilidade de tomar decisões em sua liberdade, fazendo escolhas e se responsabilizando por elas (Freire, 1997 *apud* Pittano; Ghiggi, 2009, p. 81).

surda longe da sociedade por medo da filha sofrer algum tipo de preconceito ou violência, o que acaba excluindo a criança da sociedade e violando seus direitos ao desenvolvimento pleno. Assim, a autonomia dessa menina é fragilizada, fazendo com que haja um nível maior de dependência em relação aos pais ou pessoas com vínculo afetivo.

Diariamente mulheres surdas enfrentam barreiras de acessibilidade na sociedade como um todo, como confirmam Perlin e Vilhalva (2016). Essas barreiras perpassam todas as etapas da vida, indo desde o nascimento, educação, até aos anos mais avançados. As autoras também incluem um trecho da fala de Sarah Santos, participante dos debates da Consulta Nacional, que menciona essas dificuldades destacando o período da primeira infância²:

“A questão das meninas com deficiência merece uma atenção especial. Muitas vezes elas ficam presas dentro de casa e são superprotegidas pela família. Precisamos promover a inclusão dessas meninas, elas não têm informação sobre os seus direitos no que diz respeito ao acesso à educação e ao mercado de trabalho” (Santos, 2016 *apud* Perlin; Vilhalva, 2016, p.130).

Nessa perspectiva, é notório como muitos pais/familiares fazem com que essas meninas cresçam longe do convívio social por medo das mesmas serem vítimas de algum tipo de violência ou discriminação. O que acaba resultando em uma proteção que não possibilita o desenvolvimento das mesmas.

Cabe ressaltar a partir de Diniz (2007), que a deficiência é um termo político, por conta da inacessibilidade e hostilidade que permeiam no âmbito social, ou seja, a deficiência está na sociedade que não é acessível para todos. Com isso, a deficiência permeia na produção social e cultural, que impõe padrões de corpo normatividade que envolvem barreiras em relação ao ambiente, impedindo a participação plena e efetiva dessas pessoas na sociedade (Mello; Nuernberg, 2012, p.636).

Perlin e Vilhalva (2016), enfatizam sobre a necessidade de uma nova abordagem educacional, onde haja um rompimento em relação a educação sexista e preconceituosa, que tende a inferiorizar mulheres. Lamberg e Oliveira (2017), contextualizam que historicamente falando, não existiam registros relacionados a pessoas surdas.

² A primeira infância é o período dos primeiros seis anos completos da criança, pois é nesse tempo que ocorre o desenvolvimento da capacidade do aprendizado e do início da vida social e afetiva (GOV, s.d, online).

No entanto, sabe-se que em algumas situações eram excluídas do convívio social, sem escolas adequadas e que em algumas vezes chegavam até ser abandonadas pelas famílias. Assim, é possível visualizar que essa estrutura da sociedade atual, que discrimina e oprime essas pessoas. Perlin e Vilhalva (2016, p.131), acrescentam:

A mulher surda é comparada à mulher deficiente. Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação, de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual.

Esse dado expõe como a sociedade não reconhece as especificidades da mulher surda, onde é ignorada sua cultura linguística, dessa forma, reforçando uma educação colonialista que contribui para estigmas e preconceitos direcionados a essas mulheres. Em um estudo realizado por Lamberg e Oliveira (2017), foi enviado questionários, onde 15 mulheres surdas responderam, as perguntas envolviam questões como saúde, comunicação, educação e violência. Em relação a comunicação:

[...] sendo destaque a fala da Dália ao relatar que foi muito complicada a sua comunicação durante o parto. Compreende-se que nos momentos antecedentes ao nascimento de uma criança a mãe é tomada por um misto de sentimentos e emoções, como: medo, insegurança, alegria, dentre outros, sendo de suma importância que ocorra uma excelente comunicação entre a equipe médica e a paciente, pois a falta do diálogo nesse momento pode significar perdas irreparáveis (Lamberg; Oliveira, 2017, p.5).

Com isso, percebe-se que muitas vezes há negligência por parte dos profissionais em relação a mulheres surdas, devido a diferentes questões, incluindo a falta de conhecimento em Libras. Essa negligência pode ocasionar em situações graves por não receber o atendimento qualificado necessário, dessa forma, comprometendo o serviço fornecido e dificultando o acesso aos direitos dessas mulheres.

A socialização é o processo de transformação do ser biológico para o ser social. Esse processo é dividido em duas fases: primária, onde a socialização e os primeiros vínculos ocorrem no âmbito familiar; secundária, na qual a socialização ocorre no âmbito educacional, dessa forma, a criança estando no espaço escolar tem contato mais amplo com outros indivíduos (Gomes, 1992, p.96).

A autora complementa que o papel da família é fazer a primeira inserção da criança no mundo social, onde a criança começa a aprender elementos como a linguagem,

costumes, hábitos, normas, padrões de comportamento, etc. Gomes (1992), trás de apoio Berger e Luckmann (1976), onde explicam que a socialização secundária é um processo subsequente que introduz a criança em novos contextos sociais. Ou seja, é onde a criança aprende a conviver com a diversidade fora do ciclo familiar, desenvolvendo sua identidade.

Pereira (1987), explica que a teia de socialização a partir das relações sociais vai se transformando conforme o local que o indivíduo está inserido. Porém tanto relacionado ao grau de escolaridade, quanto o tempo que o indivíduo permanece na escola estão vinculados à questão da ordem econômica. Em outras palavras, os fatores socioeconômicos vão influenciar no acesso à educação e também na qualidade da mesma, com isso, é importante salientar que esses fatores não atuam isoladamente, mas se interseccionam com raça, classe, gênero que geram diferentes experiências sociais e educacionais na vida dessas crianças.

Quando se fala sobre como é o processo de socialização para meninas surdas, é necessário apreender que muitas vezes essas meninas são privadas de avançar em termos de socialização, o que dificulta seu desenvolvimento e autonomia. Isso acontece pela superproteção da parte dos pais ou familiares, por medo do preconceito e discriminação da sociedade que também pode atingir a essas meninas.

Dessa forma, quando meninas surdas se inserem no contexto educacional, podem enfrentar discriminações por conta dos padrões de normatividade impostos em razão de uma sociedade machista e capacitista. Além dos estigmas em relação a surdez, também é enfrentado estigmas em relação ao gênero. Lerner (2019), explica que é a partir do Estado arcaico que se dá a criação do patriarcado, onde a civilização é implementada na sociedade com caráter de dominação masculina e controle do poder centralizado.

A sociedade patriarcal tinha como características a linhagem patrilinear, leis de propriedade que garantiam aos filhos meninos direito à herança, dominância masculina nas relações de propriedade e entre os sexos, burocracias militares, políticas e religiosas. Essas instituições eram sustentadas pela família patriarcal e, por sua vez, recriavam-na de modo incessante (Lerner, 2019, p.158).

Nessa perspectiva, compreende-se que, devido a dominação masculina, a mulher era vista como propriedade do homem, sendo controlada a garantir a linhagem e a herança. Assim, o papel da mulher sendo direcionado apenas para o casamento, a maternidade e a preservação da estrutura familiar e patrimonial, resultou na sua subalternização. A partir dessa estrutura perpetuam-se as normas patriarcais, que

impactam diretamente na vida das mulheres, já que é algo estrutural. Cabe ressaltar que, com o machismo como ideologia, as relações patriarcais podem ser facilmente estabelecidas.

Com essa apreensão é possível refletir em como a sociedade é violenta com as mulheres, já que é uma reprodução. Em razão disso, meninas surdas irão enfrentar opressões por serem mulheres e por conta de serem surdas em uma sociedade que não é acessível. Pereira (1987), também explica que em relação a pessoas negras, é apresentado menor índice de escolaridade, ou seja, a criança negra não tem tido o mesmo acesso à educação e socialização que crianças brancas.

Em relação aos processos de acessibilidade de meninas surdas em âmbitos educacionais foi identificado que há discriminação e precarização nos espaços educacionais, assim gerando exclusão e provocando atrasos em relação aos aprendizados dessas meninas. Em um dos artigos analisados foi identificado que a mulher surda está sendo alfabetizada cada vez mais tarde, o que prejudica seu aprendizado e desenvolvimento.

As autoras referenciadas, complementam dizendo que foram realizadas entrevistas com mulheres surdas, e um dos questionamentos direcionados a elas foi em relação ao processo educacional na infância. As respostas permitiram identificar que houve negação dos direitos, por exemplo, as meninas surdas não podiam se comunicar por meio da língua de sinais. Um exemplo da estigmatização de mulheres surdas, é o fato de muitas vezes serem vistas como “coitadinhas” ou indefesas, dessa forma a misoginia que perpetua na sociedade é somada ao ouvintismo, sendo ele a opressão sofrida por pessoas surdas pelas pessoas ouvintes (Ribeiro, 2017, p.6 *apud* Rocha; Jardim, 2021, p.8).

Assim, é evidente que o processo de educação é marcado pelo capacitismo que envolvem negação de direitos, estigmas, silenciamento, discriminação, entre outros. O capacitismo contribui para a manutenção das barreiras que impedem a participação de todos os estudantes, dessa forma, gerando exclusão. (Runswick-Cole, 2011 *apud* Ferreira, Simone *et al.* 2023, p.10).

No ano de 2002 a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, onde a Libras é reconhecida como um meio legal de comunicação. De acordo com Klug e Boassi (2022), apesar desses avanços, ainda há escassez em relação às escolas bilíngues no Brasil. Conforme uma pesquisa do INEP (Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), realizada no ano de 2020, há apenas 64 escolas que inserem Libras no currículo escolar (GOV, 2021, online).

Com isso, é possível observar a precarização do ensino, pois limita a criança surda em relação ao aprendizado, o que acaba contribuindo para a exclusão social dessas crianças. Outro fator que contribui com a exclusão social são os padrões de normatividade impostos na sociedade. Além disso é retirado o direito à educação de qualidade, assim, pode acarretar em diversos problemas em relação ao desenvolvimento da criança surda, afetando sua socialização e a sua identidade como indivíduo. De acordo com Klug e Boassi (2022):

Sabemos que não é apenas na escola que se aprende uma língua, esse processo já começa antes do período escolar; mas sabemos também que muitas vezes há crianças surdas que não possuem contato com outros surdos sinalizantes, e é na escola que esse contato é possível. Ou seja, às vezes sem a escola a criança surda é impossibilitada de aprender sua língua natural e socializar com outras pessoas utilizando a língua de sinais (Klug; Boassi, 2022, s/p).

Esse dado mostra que, embora o aprendizado em Libras não deva ser implementado apenas pela escola, a mesma apresenta um papel de extrema relevância, já que muitas vezes a criança surda pode se comunicar com os pais apenas por sinais caseiros, já que os mesmos podem não ter conhecimento total na língua de sinais.

A falta de acessibilidade implica no desenvolvimento dos estudantes, ou seja, as manutenções das práticas excludentes dificultam com que o ambiente escolar seja acessível para todos. A perspectiva interseccional contribui para analisar o capacitismo junto com outras formas de opressão, situadas como raça, gênero e classe. (Ferreira, *et al.* 2023, p.10). Rocha; Jardim (2023) contribuem:

Ao refletirmos, por meio de um olhar interseccional, percebemos que as “amarras” que prenderam e que ainda prendem essas mulheres são normalizações de estereótipos de todos os tipos: por serem mulheres, por serem surdas, por serem negras, por serem pobres (Rocha; Jardim, 2023, p.59).

A interseccionalidade possibilita identificar as formas de opressão e como elas se entrelaçam na vida de cada indivíduo em sua particularidade. É de suma importância olhar de forma interseccional para compreender os fatores que determinam a realidade daquele indivíduo. Por exemplo, a experiência de uma mulher branca surda não será a mesma do que uma mulher negra surda, ambas enfrentam o machismo e capacitismo, mas a mulher negra se depara com o racismo estrutural,

que molda sua experiência a tornando diferente de uma mulher branca.

Além do capacitismo no âmbito educacional, também é importante adentrar-se a questões de gênero, uma vez que a educação sexista se origina através dos padrões culturais patriarcais que reforçam o machismo, assim, manifestando as opressões (Cortes, Janaina *et al.* 2015, p.2). As ideologias de dominação encontram-se arraigadas na sociedade contemporânea, Collins (2019) explica que essas imagens de controle servem para retratar o racismo, o sexismo, a pobreza e outros marcadores sociais como se fossem algo natural e comum no cotidiano. As imagens de controle contribuem para a perpetuação das opressões que estruturam a sociedade, levando a reprodução dessas formas de opressão sem que haja uma reflexão crítica sobre elas. Nesse contexto, a dominação costuma envolver tentativas de objetificar o grupo subalternizado, assim desumanizando o indivíduo e sua identidade.

4. Imagens de controle na experiência da mulher surda

Segundo Collins (2019), imagens de controle são formas de opressão e dominação, onde as mesmas são traçadas para fazer com que o racismo, sexismo, pobreza, dentre outros marcadores sociais sejam naturalizados. As imagens do controle surgiram com a escravidão, gerando impactos que ainda permeiam na estrutura social, dessa forma, sustentando ideologias racistas e sexistas.

Assim, as mesmas advém da perspectiva de um grupo dominante, ou seja, de quem detém do poder, tendo o intuito de oprimir a partir de estigmas regados de preconceito direcionados a grupos subalternos. Collins (2019), ainda exemplifica em como as imagens de controle são internalizadas na sociedade:

Por exemplo, quando confrontadas com imagens de controle que representam as mulheres negras como feias e não femininas, algumas mulheres – como Sojourner Truth – questionam: “Por acaso não sou mulher?”. Ao desconstruir o aparato conceitual do grupo dominante, elas põem em xeque concepções de feminilidade do tipo “boneca Barbie” pressupostas nas experiências de mulheres brancas de classe média. Em contraste, outras mulheres internalizam as imagens de controle e passam a acreditar que elas mesmas correspondem aos estereótipos (Collins,2019, p.77).

Em relação ao exposto, percebe-se como a sociedade possui uma ideologia opressiva. No caso exemplificado pela autora referenciada, pode se afirmar que

também ocorre uma opressão interseccional, que estereotipa e marginaliza grupos subalternos, com o intuito de manter o domínio, fortalecendo e perdurando a estrutura de poder e privilégio.

No que refere-se às imagens de controle que se materializam na vida das mulheres surdas, no artigo 8 intitulado “*Resistir para existir: uma análise de narrativas de mulheres surdas e negras sobre suas (re)existências*” de Ferreira, *et al.* (2022) foi identificado que há discursos opressores que fortalecem a manutenção das estruturas de dominação, onde a mulher é subalternizada na sociedade.

Quando essa subalternização é entrelaçada de forma interseccional por outros marcadores sociais, como por exemplo ser uma mulher negra, não cis-hetera, de classe baixa, indígena, não-cristã, e, com surdez, as formas de dominação e opressão são intensificadas, onde essas formas de violência são moldadas a partir das intersecções ali presentes. Ferreira *et al.* (2022), trazem o contexto histórico que retrata sobre como as imagens de controle são direcionadas a pessoas surdas:

Ao longo da história são inúmeros os registros que relatam as violências sofridas pelas pessoas com surdez, tanto no que concerne aos aspectos físicos, quanto mentais e sociais. Em Atenas, as pessoas que nasciam surdas eram abandonadas e deixadas em praças ou em campos, anulando suas chances não só de vida, mas também de existência, pois estes eram “considerados seres incapazes e incompetentes” (Streiechen, 2013, p. 19, *apud* Ferreira *et al.* 2022, p. 129).

Desse entendimento, as pessoas surdas, por não escutarem, eram (e ainda são) consideradas incapazes de desenvolver o pensamento em razão da não possibilidade da verbalização da fala. Em Roma, as pessoas com surdez eram acusadas de feitiçaria e afogadas. No decorrer dos séculos, o discurso de que o sujeito surdo não possuía língua foi fortemente sustentado e duramente defendido, contribuindo, conseqüentemente, para a marginalização social das pessoas surdas nos mais diversos espaços sociais (Ferreira *et al.* 2022, p.129).

É fundamental olhar para o processo histórico no que diz sobre outros países, dessa forma, expandindo a análise para além do Brasil, em razão de que há valores capitalistas que não se restringem a um único território. Esses dados expressam como as imagens de controle direcionadas a pessoas surdas não ocorrem de forma isolada, ou seja, as ideologias opressoras podem ser expandidas por estarem inseridas na sociedade.

Cabe ressaltar que se trata também de uma sociedade machista, patriarcal e sexista. A partir disso, Ferreira *et al.* (2022), refletem sobre como a sociedade é violenta com mulheres desde seu nascimento, onde as mesmas são educadas para serem oprimidas. Nesse sentido, também é explicado que o significado de feminilidade historicamente é a mulher estar sempre “bem arrumada”, cuidando dos

filhos, do marido e do lar. No entanto, os mesmos autores sustentam o pensamento de Davis (1981), de que mulheres negras eram vistas como ferramentas de trabalho, superexploradas a partir do trabalho escravo e detinham do pouco tempo que sobrava para cuidar de seus filhos.

Quando se intersecciona em relação a mulheres surdas, a partir da análise realizada no artigo 6, observou-se que a mulher surda se encontra mais suscetível a sofrer violências, devido aos estigmas que são direcionados às mesmas, com a ideia de que são incapazes de ter autonomia sobre suas vidas (Costa; Oliveira; Klein, 2021, p.14). As autoras também sustentam que:

Sem dúvida que essa pauta, ligada ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), tem forte impacto no acesso às informações nas diversas áreas e impediria muitos casos de violência, negligência, abusos, até mesmo de famílias preocupadas que superprotegem meninas/mulheres surdas. Klein e Formozo (2007, p. 4) abordam sobre: Em nosso contato com surdas, já ouvimos vários e tristes relatos de mulheres que foram abusadas sexualmente por homens ouvintes, que ficaram impunes devido à dificuldade de as surdas se comunicarem com os familiares. Também a falta de informação a respeito da sexualidade provocou várias gestações indesejadas (Costa; Oliveira; Klein, 2021, p.6).

Dessa forma, compreende -se que a dificuldade que mulheres surdas enfrentam em relação a comunicação, por conta de a sociedade ainda não avançar o suficiente em relação a Libras. Esse atraso resulta na discriminação da língua e conseqüentemente da cultura da comunidade surda, dessa forma acaba contribuindo para a exclusão dessas mulheres. Muitas vezes esse negligenciamento pode causar danos irreversíveis, assim, afetando de forma negativa.

Outra questão que foi identificada é que 61% de surdos universitários do sexo feminino já experimentaram algum incidente de coerção sexual por seus parceiros, no caso de estudantes ouvintes do sexo feminino a porcentagem se encontra em 27,8%. (Sabina; Straus, 2008 *apud* Krause, 2017, p.6). A partir de entrevistas com intérpretes que já atuaram em casos de violências contra mulheres surdas, a autora Krause (2017), expõe a fala de uma das entrevistadas:

"A mulher havia sofrido violência doméstica e naquele momento estava determinada a prestar queixa contra aquele homem. Ela usava libras básica e alguns sinais caseiros. O marido queria ainda sim se justificar colocando a culpa do ato nela. Uma coisa que me chamou atenção foi que em algum momento o delegado dizia "essa parte não precisa 'traduzir' para ela". Eu disse "não posso fazer isso. Seria antiético. Ela tem direito de saber o que vocês estão falando já que eu também estou." O delegado até tentou reputar, mas como viu que eu não deixaria passar, então seguiu com as perguntas. Outra coisa que me chamou atenção e que para mim era claro era o problema com comunicação por causa da língua. O marido não usava libras. Falava e fazia gestos caseiros. Percebi sim machismo da parte do marido e até do policial" (Krause, 2017, p.11).

Posto isso, nota-se em como as formas de opressão vão ser disseminadas muitas vezes até por parte de profissionais que deveriam garantir o direito daquela mulher, assim sendo uma violação de direitos, mas de forma institucional.

Dessa forma as opressões se configuram de forma interseccional, onde mulheres surdas são duplamente oprimidas em relação ao machismo e capacitismo. Nessa perspectiva, essas formas de opressão podem se manifestar como violência simbólica, em razão da inferiorização dessas mulheres que a sociedade reforça em sua estrutura, e que conseqüentemente as instituições também reproduzem.

5. Políticas públicas e a proteção dos direitos das mulheres surdas no Brasil

Primeiramente é fundamental refletir sobre a acessibilidade das mulheres surdas na sociedade de modo geral. Loeb e Farah (2023), trazem que a maioria dos serviços públicos, incluindo delegacias, não estão adequadamente estruturados em relação a acessibilidade ou capacitações para a realização de um atendimento especializado para mulheres surdas e com deficiência, o que contribui para as desigualdades sociais. Costa, Oliveira e Klein (2021), abordam em relação às mesmas:

A mulher surda é negligenciada constantemente, pois diversos locais não possuem estruturas para o atendimento das pessoas surdas. As clínicas, hospitais, postos de saúde e delegacias não são acessíveis e a maioria dos profissionais não são bilíngues (Costa; Oliveira; Klein, 2021, p.10).

Esse dado evidencia a precariedade das estruturas institucionais que o Estado oferta em relação ao atendimento de mulheres surdas, dessa forma, configurando-se como violência institucional, por se tratar de uma violência que ocorre dentro das instituições, precarizando o atendimento e violando o direito dessas mulheres. Lamberg e Oliveira (2017), afirmam que os profissionais não estão preparados para atender a comunidade surda, pelo fato de não terem conhecimento em Libras.

No que diz a respeito da presença de intérpretes em casos de denúncias nas delegacias, Krause (2017), aponta que muitas vezes a própria autoridade sente a necessidade de procurar o profissional por conta de que o maior número de

denúncias acontece nas delegacias, todavia, seria necessário a presença de intérprete em todos os setores públicos, o que não se sabe se realmente acontece. Com a Lei nº 14.704, de outubro de 2023, que dispõe sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional intérprete.

Cabe fazer um resgate sobre a divisão do mesmo que atribui prioritariamente aos homens as ocupações produtivas no mercado de trabalho e as mulheres as tarefas no âmbito doméstico e familiar (Kergoat, 2009 *apud. s/p*). Dessa forma, essa divisão contribui para as desigualdades e hierarquizações.

Em relação a mulheres surdas e o mercado de trabalho, há ausência de pesquisas que retratam essa realidade, as autoras Souza, Alves e Dombroski (2021), reiteram a falta de pesquisas em relação à mulher negra e surda no mercado de trabalho, fazendo-se necessário uma abordagem interseccional. Em razão disso, é importante discutir sobre o mercado de trabalho e mulheres com deficiência, ressalta-se que o termo deficiência é político por conta da inacessibilidade que as pessoas têm na sociedade. Assim,

As mulheres, negras e com deficiência são discriminadas em todas as situações e se o mercado de trabalho está difícil para a população em geral, para a mulher negra com deficiência pode apresentar diferentes barreiras como o preconceito, a discriminação, o racismo, a falta de escolaridade e qualificação e a pobreza (Zago; Muniz; Wanzeler, [s.i. s.n] *apud* Souza; Alves; Dombroski, 2021, p.50026).

Souza, Alves e Dombroski (2021), destacam que quando se trata da mulher negra e surda no mercado de trabalho, as complexidades podem ser maiores em razão da falta de políticas públicas efetivas que acabam contribuindo para a marginalização dessas mulheres. Botelho (2022) reitera que o machismo e o capacitismo potencializam as desigualdades, dessa forma, dificultando a entrada no mercado de trabalho.

Os ambientes de saúde são um dos maiores desafios quando se fala sobre violação do direito das mulheres, uma vez que esse espaço é marcado por situações de mulheres levadas a esterilização sem consentimento ou esclarecimento. As autoras referenciadas ainda trazem que nesse contexto a mulher surda é violada, não tendo o direito sobre seu próprio corpo e suas escolhas em relação à saúde (Lamberg; Oliveira, 2017, p.6).

Essa situação de inferioridade vivida pelas mulheres com deficiência é encontrada em todos os

lugares sociais, públicos e privados, como, por exemplo: (a) nos postos de saúde que não possuem profissionais qualificados para atender as particularidades das mulheres com deficiência; (b) nas delegacias da mulher que não são acessíveis, bem como as casas de apoio nas quais a falta de acessibilidade física, comunicacional e atitudinais são constantes. (Lamberg; Oliveira, 2017, p.5).

Em relação aos processos educacionais, Perlin e Vilhalva (2016) ressaltam que a mulher surda está correndo risco cada vez mais de ser afetada pela não alfabetização, o que contribui para a inserção na modalidade de Educação de Jovens Adultos (EJA), sendo uma modalidade de educação básica, destinada a jovens adultos que não concluíram o ensino fundamental (Perlin; Vilhalva *apud* Lamberg; Oliveira, 2017, p.7).

Também foi sinalizado nas respostas sobre educação as diversas violências que as mesmas sofrem, que geram em torno da exclusão de trabalhos escolares, preconceito e discriminação (Lamberg; Oliveira, 2017, p.8). A autora Pedrosa (2019), ainda indaga no que diz a respeito da acessibilidade de meninas e mulheres surdas nas escolas: “Como continuar estudando se sua língua não é respeitada e ensinada nas escolas? Como continuar estudando se, muitas vezes, não há intérpretes? Como conseguir estudar sem ter uma língua?” (Pedrosa, 2019, p.171).

Brito *et al.* (2022), reforçam a necessidade de haver intérpretes de Libras em escolas e Libras como um componente curricular. Os autores referenciados realizaram uma pesquisa a partir de seus relatos de experiência no estágio supervisionado em Libras, onde ocorreu numa escola pública.

Foi identificado que no ano de 2019 a escola teve um aluno surdo matriculado, no entanto não havia intérprete para acompanhá-lo, também não havia professor que incluísse o aluno em sala de aula, o que pode ter contribuído para a evasão do mesmo. Pizzi, Araujo e Melo adentram em relação a precarização das escolas públicas:

A falta de condições para a realização das atividades didáticas e curriculares com o mínimo de qualidade nas escolas brasileiras, em particular na rede pública, está se tornando natural. As Escolas públicas de qualquer parte do país apresentam situações extremamente precárias, seja no aspecto físico, recursos didáticos, salariais, de falta de profissionais, ou de outra ordem. Alguns desses aspectos são passíveis de serem observados de imediato, tais como as condições físicas e os recursos didáticos das escolas e das salas de aula. Outros são mais sutis e afetam o indivíduo de várias formas, tais como sua saúde psicológica, emocional, física, etc. e que necessitam de um mergulho mais demorado na escola e nas salas de aula. Outros envolvem as políticas de valorização docente, como os baixos salários, jornadas de trabalho extenuantes, formas precárias de contratação ou a falta de um plano de carreira compatível com a sua importância social (Pizzi; Araujo; Melo, 2012, p.137).

A partir do exposto, é possível observar como as escolas públicas no contexto

brasileiro se encontram precarizadas, sem condições mínimas de ensino e infraestrutura. Essa precarização contribui para desafios que dificultam o processo de aprendizagem.

No caso de crianças surdas, há um desafio ainda maior em relação à acessibilidade no âmbito escolar, onde muitas vezes não há intérpretes de Libras, o que resulta na exclusão dessas crianças nos processos de aprendizagem e até no convívio social com os demais colegas. Dessa forma, compreende-se que a experiência de uma criança surda que estuda em uma escola particular não será a mesma de uma criança surda que estuda em uma escola pública por exemplo.

Sobre os meios de proteção contra as violências de mulheres surdas, Loeb e Farah (2023) consideram a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), como enquadramento principal no que se refere a políticas de enfrentamento à violência contra mulher. Dessa forma, a Lei 11.340/2006 visa definir e criar mecanismos para prevenir e cessar a violência contra mulheres. Loeb e Farah (2023) abordam outras formas de enfrentamento à violência contra mulher:

Em 2005, considerando a complexidade das ações voltadas à promoção da integração entre os serviços que prestam atendimento às mulheres em situação de violência, a SPM também instituiu uma Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, compreendendo a Delegacia da Mulher como integrante de uma rede de serviços descentralizada, bem como um órgão importante para além do papel da denúncia, abordando perspectivas de prevenção e articulação com outros serviços (Loeb; Farah, 2023, p.12).

No artigo analisado, faz-se a discussão de que a rede de atendimento pode ser entendida como alternativa para superar a rota crítica, assim, visando a melhoria da qualidade do atendimento prestado e encaminhamento adequado. Porém, em relação às mulheres surdas, urge a necessidade de materiais em Libras para as mesmas terem acesso aos seus direitos, assim essa necessidade evidencia-se na entrevista conduzida por Krause (2017), com a participação de intérpretes de Libras:

Achei muito difícil para uma mulher surda compreender todos os seus direitos quando não há materiais em Libras e também não há uma rede de apoio de outras mulheres que possam construir o pensamento de que ela é uma vítima e não a causadora do problema ou culpada pelo que aconteceu. Vejo a necessidade de cursos e materiais em Libras para educar todas as mulheres, de todas as classes sociais (Krause, 2017, p.10).

Krause (2017), ressalta que muitas vezes a mídia incentiva a realização da denúncia em casos de violência contra mulher, sendo orientado as mesmas a entrarem em contato com a central de atendimento à mulher, através do número

180. Krause (2017), faz o questionamento de como as mulheres surdas conseguem realizar a denúncia através desse número, onde às vezes nem intérprete se é disponibilizado para o atendimento. Bonetti, Ferreira e Pinheiro (2008, p.13), contribuem sobre a Central de Atendimento 180:

Isto não significa, obviamente, que o conjunto de serviços que atendem às mulheres em situação de violência esteja funcionando da maneira mais adequada, segundo as normas técnicas já produzidas pelo governo federal. De fato, há que se destacar a prevalência de uma cultura que não associa o bom atendimento nos equipamentos públicos a uma questão de acesso a direitos e, portanto, não estimula a denúncia e a reclamação aos órgãos competentes. Há, muitas vezes, uma noção de que o agente público ao efetuar um bom atendimento está “prestando um favor” à mulher e não garantindo o seu direito a um serviço de qualidade e eficiência.

Em razão dessa inacessibilidade, vale ressaltar que apesar das mesmas vivenciarem barreiras na sociedade, desde 2004 as mulheres surdas se mobilizam para reivindicar seus direitos e lutar por elas. Segundo Krause (2017), o I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas ocorreu em Belo Horizonte e foi organizado por Gladis Perlin, educadora e militante surda.

Durante o encontro, foram discutidas as lutas e movimentos das mulheres surdas, com o objetivo de dialogar sobre o territorialismo referente a países latino-americanos. Assim, foi debatido sobre a realidade que se permeia por esse território, onde as mulheres surdas estão inseridas, dessa forma, dialogando sobre temas como a saúde, violência, educação, sexualidade, política, direitos e cidadania (Krause, 2017, p.2).

Seguindo pelos movimentos sociais de mulheres surdas, a autora Krause (2017) ainda contribui que no ano de 2016, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional: Feminismo e Empoderamento Surdo, no Rio de Janeiro, assim, tendo o objetivo de criar um programa de política de mulheres surdas, focando na mulher surda carene de informações que nunca foram debatidas como violência doméstica, Lei Maria da Penha, machismo, sexismo, objetificação do corpo da mulher e desigualdade de gênero.

Ainda, no artigo analisado foi identificado que também no ano de 2016 ocorreu o primeiro fórum municipal de Combate à violência contra mulher com deficiência, o fórum ocorreu em Canoas no estado do Rio Grande do Sul. Perlin e Vilhalva (2016, p. 132-133), complementam sobre alguns sinais de empoderamento da mulher surda:

Nós, como integrantes da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, presenciamos diariamente a presença da mulher surda ocorrendo a esse espaço. A UFSC representa uma das poucas universidades que abriram espaço para as mulheres surdas. Não há nessas universidades estudos de gênero, no entanto, nelas se desenvolve o estudo que dá a mulher surda sua identidade, ou seja, sua diferença. Estudos que se completam pelas questões linguísticas. Com os espaços de formação proporcionados pela corrida à universidade, temos hoje um bom contingente de mulheres surdas se profissionalizando e assumindo postos, mesmo que ainda pequenos. As mulheres surdas conseguem se destacar hoje como profissionais.

A partir disso, é notório como essas mulheres sentiram a necessidade de erguer a voz e fazer uma movimentação para que seus direitos sejam garantidos, e mesmo fazendo esse movimento, Loeb e Farah (2023), expõem que há escassez de políticas públicas que considerem a perspectiva de gênero e surdez.

Krause (2017) compartilha dessa mesma constatação, ressaltando que as mulheres com deficiência enfrentam privações devido à ausência de políticas públicas na saúde, educação e no trabalho, assim, fazendo com que fiquem mais suscetíveis à violência. É necessário que as políticas públicas sejam elaboradas de forma interseccional, considerando que diversos marcadores sociais influenciam na vida de um indivíduo.

A partir das intersecções que se formam quando esses marcadores se cruzam, as experiências e necessidades de um indivíduo se moldam em razão da sua realidade e dos processos determinantes. Por isso quando se não aborda de forma que leve em consideração esses processos e intersecções acaba se tornando uma acessibilidade segregada, onde não é atendida as especificidades dos indivíduos, o que acaba reforçando para que ocorram desigualdades sociais e precarizando o acesso ao direito.

Com isso, Botelho (2022) expõe que a literatura ainda reluta para incluir a deficiência e o capacitismo como aspectos estruturais das desigualdades que decorrem do capitalismo, onde até mesmo as políticas públicas de fomento à igualdade de gênero negligenciam a mulher com deficiência (Farias, 2017, Mello; Nuernberg, 2012 *apud* Botelho, 2022, p.48). A autora referenciada sustenta o pensamento de Crewshaw (2022), de que a interseccionalidade pode ser uma ferramenta para a articulação das desigualdades de gênero, raça e classe. Costa, Oliveira e Klein (2021) destacam sobre a necessidade de políticas públicas voltadas à comunicação visual, dessa maneira tendo em vista o acompanhamento do profissional intérprete em setores públicos e privados.

É necessário a implementação de políticas públicas que abordem de forma interseccional, pois tratar de casos isolados sem olhar para outras condições só reforça as desigualdades sociais e desproteção estatal.

Considerações finais

A partir dos principais resultados obtidos, observou-se como os processos de socialização de meninas surdas podem interferir em relação a sua autonomia até a vida adulta, por enfrentarem barreiras de acessibilidade devido a desafios estruturais. O medo que a família tem em relação aos preconceitos ocasiona em uma superproteção que muitas vezes acaba impactando negativamente na vida dessas meninas, como por exemplo em relação a autoconfiança das mesmas.

Também foi identificado precarização nas escolas por falta de intérpretes e pela escassez do uso de Libras, o que se configura como violência institucional por se tratar de uma instituição, se comunicar em Libras é um direito das pessoas surdas. Quando esse direito não é garantido há um negligenciamento em toda a cultura da comunidade surda, dessa forma resultando em exclusão e marginalização dessa população.

A partir dos artigos analisados foi identificado que mulheres surdas, especialmente quando algum marcador social é adicionado, enfrentam diferentes formas de opressões. Com isso, as imagens de controle direcionadas a essas mulheres perpassam pelo machismo, capacitismo, racismo, e, sexismo, que estereotipam e marginalizam grupos que não estão dentro dos padrões de normatividade. Muitas vezes, as próprias instituições deveriam garantir os direitos dessas mulheres, o que diz muito sobre a falta de profissionais capacitados e a ausência de intérpretes de Libras nas instituições que reforçam as barreiras enfrentadas.

Em relação a acessibilidade de mulheres surdas na sociedade, evidencia-se as formas de exclusão e violação de direitos, desde a precarização relacionada às instituições, como a falta de políticas públicas que considerem as especificidades de forma interseccional. Áreas como a saúde, educação, e, trabalho, são afetadas cotidianamente na vida de mulheres surdas, pela falta de acessibilidade e violências, podendo ser simbólicas ou não. Nesse sentido, se faz necessária a implementação de políticas públicas com perspectivas interseccionais ou transversais que envolvem

diferentes compromissos públicos, visando combater as barreiras estruturais que perpetuam as desigualdades sociais que atingem essas mulheres.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **O projeto ético político do Serviço Social**. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf Acesso em: 2 de dez. de 2024.

BRITTO, Ires; MEDEIROS, Jonatas; BENTO, Nanci; RODRIGUES, Nayara. **Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências**. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/8533/5911> Acesso em: 7 de setembro de 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca> Acesso em: 3 de dez. de 2024.

BRASIL. **Planalto**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/08/educacao-bilingue-de-surdos-se-torna-modalidade-de-ensino-independente> Acesso em 5 de dez. de 2024.

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 10 de nov. de 2024.

BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: 3 de nov. de 2024.

BRASIL LEI Nº 14.704, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.704%2C%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%202023&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.319,Brasileira%20de%20Sinais%20\(Libras\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.704%2C%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%202023&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.319,Brasileira%20de%20Sinais%20(Libras)). Acesso em: 4 de dez. de 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. 2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7944026/mod_resource/content/1/COLLINS_Pensamento%20feminista%20negro%20conhecimento%2C%20consci%C3%Aancia%20e%20a%20pol%C3%ADtica%20do%20empoderamento.pdf Acesso em: 10 de set. de 2024.

CORTES, Janaina; SILVEIRA, Thiago; DICKEL, Flávio; NEUBAUER, Vanessa. **A EDUCAÇÃO MACHISTA E SEU REFLEXO COMO FORMA DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL**. 2015. Disponível em:

<https://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/A%20EDUCACAO%20MACHISTA%20E%20SEU%20REFLEXO%20COMO%20FORMA%20DE%20VIOLENCIA%20INSTITUCIONAL.PDF> Acesso em: 10 de out. de 2024.

COSTA, Aline; OLIVEIRA, Waldma; KLEIN, Madalena. **Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo**. 2021, Campinas. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5356/3330> Acesso em: 5 de nov. de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf> Acesso em 14 de setembro de 2024.

FERREIRA, Simone; GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa; LEANDRO, Gabriel. **A produção científica sobre capacitismo na educação básica: Uma revisão integrativa de literatura**. 2022. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/27998/22550> Acesso em: 27 de out. de 2024.

FERREIRA, Charliene; SILVA, Samara; OLIVEIRA, Carlos; STELLA, Paulo. **Resistir para existir: uma análise de narrativas de mulheres surdas e negras sobre suas (re)existências**. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/gatilho/article/view/38325> Acesso em: 6 de out. de 2024.

LAMBERG, Doriana; OLIVEIRA, Glacielli. **MULHERES SURDAS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO**. 2017. Florianópolis. Disponível em: [https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado\(1\).pdf](https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado(1).pdf) Acesso em: 22 de out. de 2024.

LOEB, Carolina. **Mulheres surdas em situação de violência doméstica: o acesso a delegacias especializadas em São Paulo**. 2023, São Paulo. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/ric/article/view/86081/84963> Acesso em: 24 de out. de 2024.

MEDEIRO, Marília. **A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DOS CONCEITOS DE SOCIALIZAÇÃO E IDENTIDADE**. 2002. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9865/1/2002_art_msfmedeiro.pdf Acesso em: 7 de dez. de 2024.

MELLO, Anahj; NUERNBERG, Adriano. **Gênero e deficiência: interseções Gênero e deficiência: interseções e perspectivas e perspectivas**. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rDWXgMRzzPFVTtQDLxr7Q4H/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 de dez. de 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em: 3 de set. de 2024.

GOMES, Heloisa. **EDUCAÇÃO PARA FAMÍLIA: UMA PROPOSTA DE TRABALHO PREVENTIVO**. 1994. Disponível em: <https://revistas.usp.br/jhgd/article/view/37714/40439> Acesso em: 17 de out. de 2024.

KLUG, Débora; BOASSI, Hanna. **Língua de sinais: um direito da criança surda**. 2022. Disponível em: <https://petletras.paginas.ufsc.br/2022/12/06/lingua-de-sinais-um-direito-da-crianca-surda/> Acesso em: 27 de nov. de 2024.

KRAUSE, Keli. **FEMINISMOS SURDOS, DEFICIÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS**. 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID1181_16072017175840.pdf Acesso em: 14 de set. de 2024.

PEDROSA, Cleide. **CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INTERSECCIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO SOBRE MUDANÇAS SOCIAIS E DISCURSIVAS DE/PARA MULHERES SURDAS**. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/download/17030/12010/59355> Acesso em: 22 de set. de 2024.

PERLIN, Gladis; VILHALVA, Shirley. **Mulher Surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa**. 2016. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453> Acesso em: 24 de out. de 2024.

PITANO, Sandro; GHIGGI, Gomercindo. **AUTORIDADE E LIBERDADE NA PRÁXIS EDUCATIVA PAULO FREIRE E O CONCEITO DE AUTONOMIA**. 2009. Natal - RN Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/578/527> Acesso em: 5 de dez. de 2024.

PIZZI, Laura; ARAUJO, Isabela; MELO, Wanessa. **A precarização na sala de aula: reflexões sobre seus efeitos na ótica docente.** 2012. Disponível em: <https://typeset.io/pdf/a-precarizacao-na-sala-de-aula-reflexoes-sobre-seus-efeitos-4t44t6zdsr.pdf> Acesso em: 4 de out. de 2024.

ROCHA, Ivanete; JARDIM, Silvia. **PROCESSOS EDUCATIVOS DE MULHERES SURDAS: TECENDO REFLEXÕES.** 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3065/1987> Acesso em: 12 de nov. de 2024.

SOUZA, Silvieli; ALVES, Vanessa, DOMBROSKI, Simone. **A mulher negra e surda e o acesso ao mercado de trabalho.** 2021, Curitiba. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30019/23642> Acesso em: 22 de out. de 2024